

Programa de Ação e Orçamento

2017



Associação Mutualista

Montepio

Juntos por todos

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
1. Enquadramento socioeconómico e regulamentar	5
2. Síntese do desempenho de 2016	6
3. Programa de Ação e Orçamento para 2017.....	7
3.1 Balanço Previsional.....	10
3.2 Demonstração de Resultados Previsional	11
Glossário	12

Mensagem do Presidente

No quadro das disposições estatutárias, o Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) apresenta à aprovação da Assembleia Geral o Programa de Ação e Orçamento para 2017, que já obteve a apreciação favorável do Conselho Geral, e que é acompanhado do parecer, igualmente favorável, do Conselho Fiscal.

Este documento descreve os objetivos a atingir e as ações a realizar no próximo ano, no quadro da execução das Linhas Gerais de Orientação Estratégica trienais, revistas e aprovadas pelo Conselho Geral.

O Programa de Ação para 2017 traduz a conjugação da ambição de continuar a expandir o mutualismo e a reforçar o papel da economia social na sociedade portuguesa, com a prudência que se revela necessária para assegurar os equilíbrios de balanço e a sustentabilidade da conta de exploração, num contexto socioeconómico e regulamentar de exigência, mas, também, de desafios e oportunidades.

A atividade do MGAM tem sido fortemente influenciada pelo desempenho da maior entidade do Grupo Montepio – a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), criada há 172 anos como sua entidade anexa, ao serviço do mutualismo. O seu funcionamento tem sido particularmente afetado e condicionado pelas dificuldades do contexto e pelas crescentes exigências regulamentares de capital, preenchidas pelo MGAM. Em 2016, os indicadores de desempenho continuam a refletir esse desafio, tendo-se registado uma desaceleração na dinâmica da rede comercial da CEMG na captação de associados, bem como no crescimento das receitas associativas, que se refletiu na evolução do balanço, embora se evidencie uma melhoria progressiva na segunda metade do ano.

Para 2017, perspetiva-se o gradual desagravamento das condições de mercado e de exploração dos segmentos a que o Grupo está exposto. Com base nos planos das respetivas entidades, em especial da CEMG, considera-se um progressivo potencial de otimização e de geração de valor. Deste modo, delineámos um programa de medidas que deverão permitir um ritmo sustentado de expansão, baseado no lema *“cada associado, um mutualista”*, como forma de fazer aproximar a atividade da nossa associação aos seus associados.

Pretende-se imprimir uma nova dinâmica associativa baseada na proximidade, na comunicação e na relação, que se traduza numa maior presença da associação na vida dos associados e dos seus familiares, e no aprofundamento dos seus vínculos. No quadro da sua missão de utilidade pública, a nossa Associação Mutualista renova o seu objetivo de proporcionar aos seus associados, familiares e beneficiários, uma oferta que satisfaça necessidades de proteção e segurança social complementar, de saúde e de desenvolvimento cultural, intelectual e físico, posicionando-se como uma associação parceira, que inspira confiança e segurança, que ouve e comunica, prestando informação clara e simples, de fácil acesso, com um bom serviço e que proporcione a melhor experiência de relação associativa.

Para tal contaremos com novas condições de funcionamento e novas formas de comunicação, de que se destaca, a recentemente criada rede de gestores mutualistas, que complementa a atuação dos balcões da CEMG e dos canais de promoção e contacto das restantes entidades do grupo. Será dado particular relevo aos meios de acesso eletrónico e de tecnologia digital, a qual tem vindo a sinalizar o futuro da distribuição e do relacionamento entre as instituições e os seus públicos.

A nossa visão baseia-se na afirmação do MGAM como a principal entidade da economia social nacional, que

prosegue fins mutualistas, através da sua oferta própria e da oferta das entidades, que criou e adquiriu ao longo dos anos, e que formam hoje o Grupo Montepio, do qual é o motor e a base do seu desenvolvimento. Essa visão tem também em vista afirmar a identidade mutualista do grupo, e de cada uma das suas entidades e desenvolver as diversas valências, no quadro das finalidades mutualistas.

Como se descreve nas páginas seguintes, este programa de ação foca um importante conjunto de medidas relacionadas com a gestão do Grupo Montepio, que tem conhecido recentemente desenvolvimentos significativos.

Na sequência das orientações estratégicas aprovadas pelos órgãos institucionais, iniciou-se, em 2013, o processo de edificação do novo modelo de governo e de funcionamento, com a entrada em vigor de novos estatutos da Caixa Económica e a especialização da sua gestão. Este processo teve os seus desenvolvimentos em 2015, com a nomeação de novos membros para os órgãos de governo, novas alterações estatutárias, no decurso da revisão do regime geral das instituições de crédito, e a passagem a caixa económica bancária, por via da alteração do regime legal das caixas económicas. Na sequência dessa alteração, e já em 2016, por determinação do Banco de Portugal, iniciou-se o processo de transformação da Caixa Económica em sociedade anónima. Não obstante a transformação decorrente de disposições legais, o seu capital continua a ser detido pelo MGAM, entidade titular da CEMG, de modo a assegurar a sua atuação como instrumental ao serviço das finalidades mutualistas.

Tal desígnio, comum às restantes entidades do grupo, foi recentemente reafirmado no Plano do Grupo Montepio, aprovado pelo Conselho Geral, no qual se estabelecem as medidas necessárias para o alinhamento e a articulação estratégica das entidades. As principais orientações desse plano encontram-se vertidas no ponto III deste Programa de Ação, que se submete à Assembleia Geral.

Hoje, como na sua fundação, a nossa Associação Mutualista transporta os valores nobres do mutualismo, da solidariedade, da cooperação e entreatajuda. Estes valores, intemporais, provam que a união de pessoas com objetivos comuns é o pilar da comprovada capacidade de resiliência e da permanente reinvenção desta grande obra mutualista que é o MGAM, que servimos e a que nos dedicamos empenhada e apaixonadamente, todos os dias da nossa vida. É uma obra de pessoas para pessoas. Por tal, carregada de fatores intangíveis que vão muito para além da mera relação comercial ou do interesse material. Temos a firme convicção do enorme potencial do mutualismo e da relação associativa, pelo significado e importância da sua missão e finalidades, e pela força dos seus valores, que nos emocionam e nos inspiram na construção do futuro.

Os valores mutualistas estão particularmente presentes neste período natalício, que reforça o apelo à partilha, entreatajuda e solidariedade. Na oportunidade, expresso os meus calorosos votos de um Feliz Natal e de um Novo Ano, vividos em pleno, na prática dos valores em que acreditamos e que nos unem como associados mutualistas, *juntos por todos*.

Apresento as mais calorosas saudações mutualistas,

António Tomás Correia

1 Enquadramento socioeconómico e regulamentar

O ano de 2016 veio confirmar a trajetória de recuperação da **economia portuguesa**, iniciada em 2013. Todavia, o ritmo de crescimento verificado tem sido lento, marcado por níveis elevados de endividamento dos setores público e privado, pela inconsistência dos indicadores de investimento e por alguma desaceleração da procura externa.

De acordo com os dados divulgados no terceiro trimestre de 2016 pelo Instituto Nacional de Estatística, a riqueza nacional, medida pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) registou uma taxa de variação real (tvr) homóloga de 1,6%. Para o conjunto do ano, está previsto um crescimento de 1,1% (1,6% em 2015). Ainda que com um registo acima de algumas previsões divulgadas, esta evolução reflete um menor dinamismo da procura interna, em particular do investimento, que se mantém muito abaixo do nível pré-crise do ano de 2008. Num quadro de contenção salarial, o mercado de trabalho manteve a tendência de recuperação gradual, com o emprego a crescer e a taxa de **desemprego** a reduzir-se, de 12,4% da população ativa, no final do ano de 2015, para 11,6%, no final do primeiro semestre de 2016. Em consequência, o **rendimento disponível** das famílias tem vindo a registar uma ligeira recuperação em 2016, apresentando crescimentos trimestrais positivos.

As pressões inflacionistas mantiveram-se reduzidas durante o ano de 2016. A **inflação**, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor, situava-se em 1,1%, no mês de outubro.

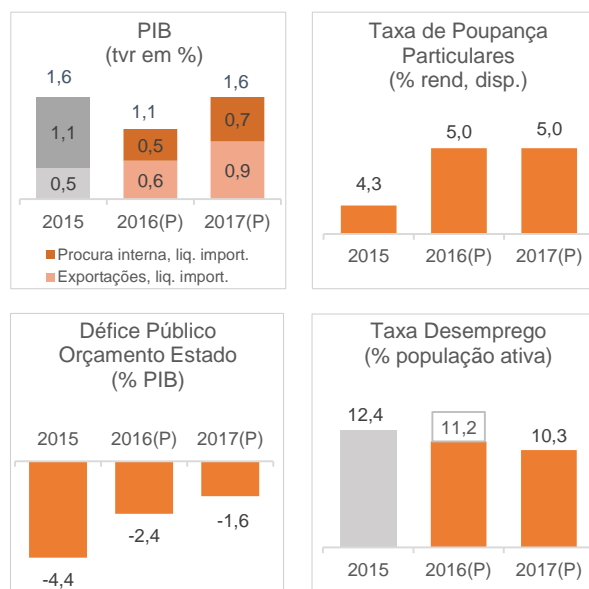
As perspetivas de baixo crescimento económico e baixa inflação justificam a manutenção, pelo Banco Central Europeu, de uma política monetária fortemente acomodatória, com impacto nas **taxas de juro**, que se mantêm em níveis historicamente muito baixos. Esta realidade penaliza particularmente as condições de exploração das entidades do sistema financeiro. As taxas de referência de mercado de curto prazo (taxas Euribor) permanecem em valores negativos e o rendimento implícito (*yields*) das Obrigações do Tesouro a 10 anos situam-se em níveis relativamente baixos em termos históricos, de 3,3%, em outubro do ano corrente.

A taxa média de juro do mercado dos depósitos de particulares também tem registado um decréscimo contínuo, tendo passado de 1,26%, em dezembro 2014, para 0,33% em setembro 2016.

No mercado imobiliário tem-se observado alguma valorização em 2016. Nos meses mais recentes, regista-se um desempenho positivo do mercado de investimento imobiliário, verificando-se um

rendimento estabilizado nos imóveis de maior qualidade (*prime yield* estável nos 5,25%).

A evolução prevista para a economia portuguesa em 2017 assenta no pressuposto da preservação de **contas públicas** equilibradas e sustentáveis, em conformidade com as metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia. Essas metas implicam a continuidade do esforço de **consolidação orçamental**, que continuará a limitar as capacidades financeiras do Estado, designadamente, nos domínios da proteção social e da previdência, na prestação de cuidados de saúde e de educação.



Fonte: Banco de Portugal; Direção Geral do Tesouro

Este contexto de restrição orçamental do Estado, conjugado com o **envelhecimento da população** e aumento da esperança média de vida, suscita crescentes **necessidades de proteção social e de serviços de saúde** por parte das famílias. Realça-se, desta forma, o papel das entidades que operam na prestação de serviços nas áreas da economia social e da saúde.

As **despesas do Estado com Segurança Social** aumentaram substancialmente nos últimos anos, de 9,6% do PIB, em 2000, para 18,5% em 2015. No **setor da saúde** tem-se observado alguma estabilização da despesa pública nos últimos anos (cerca de 9% do PIB em 2015), mediante a crescente intervenção de entidades privadas, que já representam 34% das despesas com saúde no país.

Ao nível do **quadro regulamentar** perspetiva-se a continuação de alterações relevantes, destacando-se a revisão do Código Mutualista, a conclusão dos processos de adoção dos regimes prudenciais de

Basileia III e Solvência II, a implementação da União Bancária Europeia, a transposição da Diretiva dos Serviços de Pagamentos (PSD II), entre outras alterações regulamentares que afetam o funcionamento e a governação das instituições financeiras, implicando transformações, custos e investimentos.

De destacar, ainda, as mudanças relacionadas com os desenvolvimentos e a crescente utilização de

tecnologia digital, que facilita a mobilidade e possibilita novas formas de relacionamento entre as pessoas, e destas com as instituições. Com o Programa de Ação e Orçamento delineado para 2017 pretende-se dar resposta a estes desafios de enquadramento e captar as oportunidades decorrentes das crescentes necessidades de natureza social, tendo em conta o potencial inerente à missão mutualista do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), bem como à sua base de mais de 630 mil associados.

2 Síntese do desempenho de 2016

No cumprimento das Orientações Estratégicas e do Programa de Ação que foi definido para 2016, o MGAM **proseguiu a sua missão**, orientada para responder às necessidades dos seus associados, familiares e beneficiários, nos domínios da aplicação de poupanças para **fins de proteção social e previdenciais, dos serviços de saúde e das residências assistidas**.

Na prossecução dos seus fins mutualistas, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seus associados, o MGAM continuou a desenvolver a **oferta de benefícios complementares**, através da política de parceiras, e a oferta educativa, cultural e lúdica, particularmente com a organização de inúmeros *passeios com história* e outros eventos nos espaços *Atmosfera m* em Lisboa e no Porto.

Saliente-se também a dinâmica de atuação do MGAM nos domínios da **solidariedade social** e cidadania institucional, nomeadamente, através do suporte à **Fundação Montepio** na realização de diversas iniciativas, que comprovam o seu papel de entidade socialmente responsável e comprometida com um desenvolvimento harmonioso, inclusivo e sustentável da economia social e de Portugal.

Das ações empreendidas em 2016 merecem especial destaque os trabalhos de **reforço e autonomização do funcionamento do MGAM**, com a **criação de órgãos próprios** para desenvolverem os processos e as funções inerentes à atividade e gestão do Grupo Montepio, designadamente, a criação do Centro Corporativo e do Comité de Empresas Participadas. No que diz respeito ao reforço da atividade de relacionamento com os associados, destaca-se a criação de uma rede de gestores mutualistas (designada por projeto *Start*), junto dos balcões da Caixa Económica Montepio Geral, que permitirá uma maior especialização. Como previsto, iniciaram-se, em 2016, os trabalhos de **revisão das condições das modalidades mutualistas** no sentido de as adaptar às condições de mercado, particularmente no

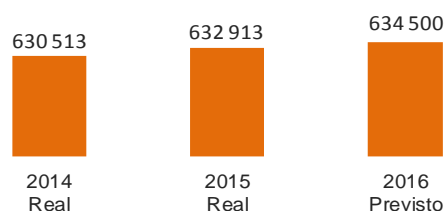
que se refere às taxas técnicas, trabalhos que deverão prosseguir em 2017.

Em 2016, foi elaborado e aprovado pelo Conselho Geral o **Plano Estratégico do Grupo Montepio**, para assegurar o **alinhamento estratégico das suas entidades**, e estão a ser realizados projetos específicos, com vista a melhorar a comunicação e aprofundar a relação da associação com os seus associados, captar o potencial do mutualismo e prosseguir a melhoria da organização e do seu funcionamento.

Destacam-se como principais aspetos do desempenho do MGAM em 2016:

- A sustentabilidade da base associativa, através da **captação de associados** junto do universo de clientes da sua Caixa Económica Montepio Geral, estimando-se que atinjam 634 500 no final do ano;

Número de Associados



- A evolução da base associativa contribuiu para a obtenção de **receitas associativas** provenientes da afetação de poupanças às modalidades mutualistas, num valor estimado, de aproximadamente 500 milhões de euros até final do ano, do qual, cerca de 20% referente a modalidades atuariais e de previdência complementar;
- O desenvolvimento da **oferta de serviços de saúde**, através do acesso à *RedeMut*, com o Cartão de Saúde, e do alargamento dos serviços disponibilizados pelas **residências assistidas Montepio**, com 6 residências

em atividade, prosseguindo o investimento na residência da Parede II e numa nova residência em Lisboa-Entrecampos;

- Comprovando a importância crescente dos **benefícios complementares** da oferta mutualista, salienta-se a continuação da política de parcerias com entidades de diversos setores e serviços, existindo 1165 parcerias ativas;
- A continuada dinâmica na realização de **iniciativas de natureza cultural, formativa e lúdica**, num total de 231 iniciativas até final de setembro, designadamente através dos espaços **Atmosfera m**.

Num quadro de restrição e de dificuldades vividas pelas famílias, pelas empresas, pelo Estado e também pelas instituições financeiras, confrontadas com o fraco nível de procura, desemprego, elevados custos de risco, taxas de mercado negativas e crescentes exigências regulamentares, é de realçar o esforço e a capacidade revelada pela instituição na preservação da sua natureza, da sua missão, finalidades e dos seus principais ativos que as materializam.

O **Ativo Líquido total** do MGAM deverá atingir 3.688,9 milhões de euros no final de 2016 (-4,5% face a 2015).

Relativamente às principais componentes do Ativo, destaca-se:

- A manutenção de um peso significativo dos **ativos de liquidez**, em depósitos e carteira de títulos, face ao total do Ativo Líquido de 39,2% (1.389,6 milhões de euros), ajustado aos objetivos prudenciais no domínio da liquidez;
- O aumento dos investimentos estratégicos nas entidades do grupo, decorrente do **aumento de capital efetuado na CEMG**, em março deste ano, para satisfazer os respetivos requisitos prudenciais regulamentares, considerando o seu papel fundamental na realização dos fins mutualistas, para os quais foi criada em 1844;
- A manutenção de uma carteira de **propriedades de investimento**, em imóveis de rendimento, de 7,3% do ativo, que deverá totalizar 270,5 milhões de euros no final do ano.

No exercício de 2016, espera-se obter um **Resultado Líquido** de 23,3 milhões de euros, para o qual deverão concorrer:

- Aumento da **Margem da Atividade Associativa**, que deverá atingir um valor estimado de -157,4 milhões de euros, possibilitado por menores Custos Inerentes a Associados face a 2015, e a redução da **Varição das Provisões Técnicas**, a qual deverá totalizar 90,7

milhões de euros, pelo que os resultados inerentes a associados deverão atingir cerca de -66,7 milhões de euros;

- Os proveitos em **Juros e Rendimentos da Carteira de Títulos e dos Depósitos**, penalizados pelo nível baixo das taxas de juro do mercado, deverão alcançar um valor estimado de 61,5 milhões de euros no final do ano;
- Os resultados com **Propriedades de Investimento**, decorrente de transações com imóveis, num valor estimado de 58,7 milhões de euros
- Os **Gastos Gerais Administrativos**, estimados em 21,8 milhões de euros, incluindo os custos com a colocação das modalidades mutualistas pelos balcões da CEMG.

3 Programa de Ação e Orçamento para 2017

O Programa de Ação e Orçamento tem em vista dar cumprimento às Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) aprovadas pelo Conselho Geral do MGAM para o próximo triénio 2017-2019. As LOEs definidas enquadram-se num **novo ciclo de crescimento, suportado na execução do Plano Estratégico do Grupo**, que prevê uma maior articulação estratégica das entidades que o integram, contribuindo para a missão e fins mutualistas.

Neste sentido, foram definidos **3 vetores de atuação para 2017**, que se desdobram em 15 Linhas de Orientação Estratégica, que se descrevem em seguida.

I) Modelo de Oferta e Competitividade

1. **Crescimento sustentado do número de associados e das receitas associativas**, tendo em vista atingir 1 milhão de associados a médio prazo, aumentando o seu envolvimento com o MGAM, através da satisfação ao longo da sua vida, de um maior número de necessidades de previdência e de poupança. Pretende-se aproveitar o potencial dos canais utilizados pelas entidades do Grupo, em particular da rede de balcões da CEMG, e incrementar a utilização dos canais eletrónicos ao dispor do grupo, e, ainda, estruturar soluções para a subscrição de modalidades a partir de outras entidades, como parceiros da área social.
2. **Intensificar a vinculação e aprofundar a relação associativa**, através do desenvolvimento de atividades de cariz lúdico, cultural, formativo e desportivo para os associados e suas famílias.

3. **Ajustes e desenvolvimento da oferta do MGAM e do seu Grupo orientada às necessidades do Associado e às finalidades mutualistas**, adaptando-a às condições de mercado, criando modalidades mais flexíveis, inovadoras e de fácil adesão.
4. **Desenvolver um sistema de benefícios complementares que promova a melhoria da experiência do associado**, revendo o universo de protocolos e parcerias de âmbito nacional e local.
5. **Promover o Desenvolvimento Tecnológico e Digital**, na distribuição e nos processos, implementando sistemas que promovam a aproximação ao associado.
6. **Reforçar a identidade própria e a promoção do mutualismo**, divulgando o mutualismo através de campanhas, fóruns e ambientes partilhados com entidades do setor social.

II) Modelo Organizacional e Governance

7. **Reforçar a estrutura de funcionamento da atividade do MGAM, no quadro de desempenho do seu plano estratégico**, dotando-a com os meios humanos e técnicos adequados.
8. **Desenvolver os canais de promoção e divulgação do Mutualismo através de redes internas, redes externas e parcerias**, potenciando os Gestores Mutualistas como embaixadores do mutualismo junto dos associados.
9. **Desenvolver o sistema de governo e de controlo interno** considerando a sua adequação ao perfil de atividade da associação, com base num diagnóstico profundo sobre as melhorias a introduzir nos sistemas, processos, políticas e procedimentos.
10. **Continuar a política de cooperação e de intervenção social**, nos domínios da Responsabilidade Social, através da ação da Fundação Montepio, da educação financeira dos cidadãos, dinamizando o Portal Ei – Educação e Informação e da cidadania institucional, desenvolvendo relações de associação e cooperação com diversas entidades.

III) Gestão do Grupo Montepio

11. **Reforçar o controlo estratégico de forma a promover o bom desempenho das empresas**, que permita uma reação atempada de correção/recuperação em caso de desvio previsível aos objetivos definidos.
12. **Ajustar o funcionamento e a organização do grupo, racionalizar as participações financeiras e rever o organograma**, em linha com o novo modelo de governo baseado na especialização da gestão das entidades do grupo e à luz de princípios de otimização de investimentos, ponderando o respetivo interesse estratégico e rendimento financeiro esperado.
13. **Desenvolver o potencial do grupo e assegurar o alinhamento estratégico das suas entidades**, em conformidade com as orientações estratégicas definidas no Plano Estratégico do Grupo, aprovado pelo Conselho Geral, que define o papel de cada entidade no Grupo e o respetivo contributo para a concretização dos fins mutualistas e os objetivos globais de geração de valor.
14. **Centralizar funções comuns de suporte e staff**, que permitam harmonizar o funcionamento e a qualidade dos serviços, aumentar a produtividade, obter poupanças de sinergias e maior eficiência.
15. **Promover o desenvolvimento da política de sustentabilidade nas entidades do Grupo**, transformando o atual Comité de Responsabilidade Social num Comité de Sustentabilidade, abrangendo as diversas entidades do Grupo Montepio, e dinamizando a sua atuação.

Objetivos Orçamentais para 2017

Atividade associativa

Número Total de Associados	660.000
Receitas Associativas em Quotas, Capitais, Jóias e Outros Proveitos Associativos	931,9 M€
das quais: Modalidades Previdência	144,2 M€
Modalidades Capitalização	777,2 M€
Receitas Associativas por Associado	1 440 €

Económico-financeiros

Crescimento do Ativo Líquido	6,7%
Taxa de rendimento médio do Ativo	>2,5%
Resultado Líquido	17,4 M€
Indicador de Liquidez (Depósitos / Responsabilidades)	8,5%
Cobertura do Ativo (Capital Próprio / Ativo Líquido Médio)	5,6%
Cobertura das Responsabilidades (Fundos, reservas e provisões matemáticas / Total das provisões para riscos e encargos)	105,3%

3.1 Balanço Previsional

(milhares de euros)

	2015	2016	2017	Variações	
	Realizado	Previsto	Orçamento	2016 (P)	2017 (O)
ATIVO LÍQUIDO					
Depósitos em instituições de crédito	167 225	267 256	314 008	100 031	46 752
Carteira de Títulos	1 606 337	1 181 179	1 363 904	-425 158	182 725
Investimentos em subsidiárias e associadas	1 621 108	1 910 906	1 928 906	289 798	18 000
<i>dos quais: Participação Financeira Institucional</i>	<i>1 355 027</i>	<i>1 662 489</i>	<i>1 680 489</i>	<i>307 462</i>	<i>18 000</i>
Propriedades de investimento	419 168	270 496	268 628	-148 672	-1 868
Outros ativos	50 234	59 057	59 604	8 823	547
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO	3 864 071	3 688 894	3 935 049	-175 177	246 155
PASSIVO	3 656 354	3 483 028	3 721 882	-173 325	238 853
Provisões técnicas	3 536 357	3 463 564	3 701 532	-72 793	237 969
<i>Provisões matemáticas</i>	<i>3 468 519</i>	<i>3 398 669</i>	<i>3 638 179</i>	<i>-69 850</i>	<i>239 511</i>
<i>Subvenções e melhorias de benefícios</i>	<i>67 838</i>	<i>64 895</i>	<i>63 353</i>	<i>-2 943</i>	<i>-1 542</i>
Outros passivos	119 997	19 465	20 349	-100 532	885
SITUAÇÃO LÍQUIDA	207 717	205 866	213 167	-1 852	7 302
Fundos próprios	138 371	28 279	33 054	-110 092	4 775
Excedentes técnicos	100 286	31 161	34 039	-69 125	2 878
Reservas e resultados transitados	362 180	123 157	128 635	-239 024	5 479
Resultado líquido do exercício	-393 120	23 269	17 439	416 389	-5 830
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	3 864 071	3 688 894	3 935 049	-175 177	246 155

(P) - Previsão; (O) - Orçamento

3.2 Demonstração de Resultados Previsional

RUBRICAS	(milhares de euros)				
	2015	2016	2017	Variações	
	Realizado	Previsto	Orçamento	2016 (P)	2017 (O)
1-MARGEM DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	-571 361	-157 409	197 330	413 952	354 739
Proveitos Inerentes a Associados	499 219	492 634	931 870	-6 585	439 236
Custos Inerentes a Associados	-1 070 581	-650 043	-734 540	420 538	-84 497
2-VARIAÇÃO DE PROVISÕES TÉCNICAS	538 792	90 705	-223 775	-448 087	-314 480
Redução de Reservas Matemáticas	1 064 750	657 945	725 805	-406 805	67 860
Aumento de Reservas matemáticas	-525 957	-567 240	-949 580	-41 283	-382 340
3-JUROS, RENDIMENTOS E ENCARGOS SIMILARES	87 590	61 539	60 013	-26 051	-1 526
4-RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	1 859	2 787	2 258	928	-529
5-RESULTADO DE ATIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR	-4 269	2 849	2 711	7 118	-138
6-RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISP. P/ VENDA	13 096	-1 408	1 296	-14 504	2 704
7- IMPARIDADES EM ATIVOS FINANCEIROS (Líquidas de Reversão)	-2 725	-6 855	-451	-4 130	6 404
8-PROVISÕES E IMPARIDADES LÍQUIDAS DE ANULAÇÕES E REVERSÕES	-429 536	-133	-30	429 403	103
9-GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	-46 483	-21 806	-31 630	24 677	-9 824
10-GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	-363	-416	-573	-53	-157
11-RESULTADOS COM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	24 040	58 680	14 502	34 641	-44 178
12-OUTROS RESULTADOS (GANHOS E PERDAS)	-3 758	-5 264	-4 212	-1 506	1 052
RESULTADO DO EXERCÍCIO (1+... + 12)	-393 120	23 269	17 439	416 389	-5 830

(P) - Previsão; (O) - Orçamento

Glossário

A

Ativos

Valores patrimoniais positivos, representativos de créditos, direitos ou bens que uma entidade possui ou tem a haver. Por contraposição, os passivos são valores patrimoniais negativos, representativos de dívidas, obrigações, compromissos ou responsabilidades.

B

Basileia III

Acordos de Basileia III, conhecidos simplesmente por Basileia III, que se sucederam aos acordos de Basileia II e I, firmados entre vários bancos centrais de todo o mundo, incluindo da União Europeia, coordenados pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS- *Bank of International Settlement*), sediado em Basileia na Suíça. Estes acordos têm em vista prevenir os riscos bancários e deram origem à regulamentação bancária de natureza prudencial, impondo às instituições de crédito requisitos mínimos de capital, os chamados rácios de solvabilidade.

C

Capitalização

Consiste no cálculo do valor futuro de um montante investido, por um determinado número de períodos, a uma determinada taxa de juro por período.

Código Mutualista

Diploma que estabelece o regime jurídico das associações mutualistas (Decreto-lei n.º 72/90, de 3 de março).

D

Diretiva de Serviços de Pagamentos (DSP)

Diretiva 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Novembro de 2015 que altera as anteriores diretivas no domínio da atividade dos prestadores de serviços de pagamento, discriminando as categorias de entidades que podem prestar estes serviços e as regras em que os podem prestar.

G

Gastos Gerais Administrativos

Englobam os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos e os Gastos com Pessoal.

Governance

Governo das instituições ou das empresas e que compreende a forma como os órgãos de gestão, controlo e fiscalização se organizam e atuam, envolvendo o conjunto de processos, políticas e regras inerentes ao exercício das funções de gestão e controlo.

I

Imparidade de Ativos

Um ativo fixo (tangível ou intangível) está em imparidade quando a sua quantia recuperável é inferior à quantia escriturada / registada no balanço.

Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC, em inglês: *Harmonised Index of Consumer Prices*)

Indicador de preços utilizado pelos países da União Europeia. A palavra harmonizado significa que este indicador mede os preços de um “cabaz” de produtos habitualmente consumidos e que é igual para todos os países membros da União Europeia, ou seja, os produtos que integram os cabazes em cada um desses países são os mesmos.

M

Margem Associativa

Resulta da diferença entre Proveitos Inerentes a Associados e Custos Inerentes a Associados.

Modalidades de Previdência

Destinam-se a garantir um determinado capital ou uma determinada pensão, cobrindo os riscos de invalidez, morte ou sobrevivência/velhice.

Associação Mutualista Montepio - Programa de Ação e Orçamento 2017

Modalidades de Poupança ou de Capitalização

Destinam-se a constituir e valorizar um aforro numa ótica de investimento de médio / longo prazo.

O

Obrigações do Tesouro

Títulos de dívida pública portuguesa.

P

Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)

Acordo introduzido na terceira fase da União Económica e Monetária (UEM), iniciada em 1 de janeiro de 1999, com a adoção da moeda única, o euro, e a entrada em funcionamento do Banco Central Europeu. De acordo com o PEC, os Estados Membros, da União Europeia, particularmente os que fazem parte da zona euro, devem apresentar regularmente programas de estabilidade que respeitem objetivos macroeconómicos de disciplina orçamental (evitar défices superiores a 3% do PIB) e de excesso de endividamento (dívida pública inferior a 60% do PIB). Défices superiores podem conduzir a sanções, incluindo pagamento de multas.

PIB – Produto Interno Bruto

Valor final da produção das unidades produtivas residentes no país no período de referência e que pode ser calculado segundo a ótica da produção, da despesa e do rendimento.

Política monetária acomodatória

O objetivo primordial da política monetária da área do euro é a manutenção da estabilidade de preços, ou seja, a manutenção do poder de compra da moeda. As recentes medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central Europeu surgem num quadro de tendência de redução generalizada de preços (deflação), constituindo medidas expansionistas, porque visam aumentar o crédito à economia, para financiar os investimentos do setor privado, fomentando, desta forma, o crescimento económico e a geração de novos empregos. Estas medidas são de dois tipos: medidas convencionais, que incidem na definição e controlo das taxas de juro, e medidas não convencionais, que reforçam as primeiras, que se referem ao programa de compras de ativos financeiros e a operações de refinanciamento, com condições especiais.

Procura externa

Refere-se às exportações de bens e serviços.

Procura interna

Diz respeito à despesa efetuada pela população residente englobando a soma do consumo privado, do consumo público e do investimento bruto.

R

RedeMut

Projeto inovador, nascido por iniciativa de um conjunto de associações mutualistas portuguesas que decidiram unir esforços em torno do objetivo comum de prestar cuidados de saúde à comunidade de associados que as integram.

Rendas Prime

Valor da renda para um imóvel de construção recente, equipamento moderno e eficiente, situado numa zona privilegiada, totalmente arrendado e com rendas de mercado.

Rendimento Disponível

Corresponde ao rendimento que a globalidade das famílias de uma economia tem disponível para utilizar no consumo de bens para satisfazer as suas necessidades e em poupança.

S

Solvabilidade

Relação entre os capitais próprios e o ativo total.

Solvência II

Regime legal prudencial para as companhias de seguros, introduzido pelas Diretivas 2009/138/EC e diretiva 2014/51/EU que substituiu o regime anterior de Solvência I. Este regime define os requisitos de capital para as companhias de seguros em função dos perfis de risco.

Staff

Colaboradores que exercem funções centrais de assessoria ou de apoio e desenvolvimento dos processos de gestão e controlo.

T

Taxa de desemprego

Proporção de pessoas em idade ativa sem emprego e que o procuram face ao total da população ativa (população com emprego, mais a população que procura ativamente emprego e a população que está desempregada).

Taxas de juro Euribor (*Euro Interbank Offered Rate*)

Taxas de juro médias de mercado, que se baseia na média das taxas de juro praticadas nas operações entre os principais bancos da zona euro e que são divulgadas todos os dias úteis cerca das 11:00 horas.

Taxa de variação real (tvr) homóloga

Expressa a variação em volume no período, considerando os preços constantes, ou seja, a variação das quantidades produzidas sem o efeito da variação dos preços, face ao mesmo período do ano anterior.

U

União Bancária Europeia

Encontra-se em fase avançada de construção e vem aprofundar a União Económica e Monetária (UEM), baseando-se em 3 pilares: o Mecanismo Único de Supervisão (MUS), plenamente operacional desde novembro de 2014, o Mecanismo Único de Resolução (MUR), operacional desde janeiro de 2016, e o Sistema Europeu de Garantia de Depósitos (EDIS), a construir com base nos atuais sistemas nacionais de garantia de depósitos. O MUS atribui a função de supervisão bancária direta dos bancos da UEM de maior dimensão ao Banco Central Europeu. O MUR é responsável por elaborar planos para o pior cenário, ou seja, a insolvência de um banco, para que a situação possa ser resolvida de uma forma ordenada e com um mínimo de custos para os contribuintes, tendo por base a Diretiva relativa à recuperação e resolução de bancos (DRRB) e o Fundo Único de Resolução (FUR), que é financiado pelo setor bancário.

V

Volatilidade

Flutuação de uma determinada variável (por exemplo, preço ou taxa).

Y

Yield

Para uma obrigação, é a taxa interna de rentabilidade, que consiste em avaliar o retorno futuro da obrigação face ao preço praticado no mercado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
SOBRE A PROPOSTA DO PROGRAMA DE AÇÃO E ORÇAMENTO 2017

Nos termos da alínea d) do artigo 36º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (adiante designado apenas por MGAM) compete ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre a **Proposta do Programa de Ação e Orçamento 2017**, documento este que nos foi apresentado pelo Conselho de Administração do MGAM.

O Conselho Fiscal recebeu o documento acima referido, tendo procedido à sua leitura, discussão e análise, tanto no que se refere aos elementos qualitativos, como aos quantitativos. O documento disponibilizado é consistente com as Linhas de Orientação Estratégica 2017-2019 discutidas e aprovadas em sede do Conselho Geral.

O Programa apresentado para 2017 contempla três grandes vetores de atuação, os quais se desdobram em quinze Linhas de Orientação Estratégica, que consubstanciam todo o Plano Estratégico do Grupo para o triénio 2017-2019, cujos vetores principais, detalhados no documento em apreciação, são os seguintes:

- Modelo de Oferta e Competitividade (assente em seis grandes Linhas de Orientação Estratégica);
- Modelo Organizacional e *Governance* (desdobrado em quatro grandes Linhas de Orientação Estratégica); e
- Gestão do Grupo Montepio (consubstanciado em cinco grandes Linhas de Orientação Estratégica).

A análise desenvolvida pelo Conselho Fiscal permite concluir que os três vetores e as quinze Linhas de Orientação Estratégica se encontram suficientemente detalhados, determinando de forma clara os objectivos que o MGAM pretende alcançar no decurso de 2017 e as metodologias para os atingir. Assim, elencamos, ainda que de forma breve, alguns desses objetivos:

- Reafirmar a missão global do MGAM e enquadrar os objetivos individuais das Empresas do Grupo Montepio enquanto instrumentais desse desígnio;
- Reforçar a importância do mutualismo, da solidariedade e da democracia como valores comuns à atuação das Empresas do Grupo;
- Acompanhar os Planos de Ação e Orçamento das Empresas do Grupo, executados por órgãos de gestão autónomos e especializados;



- Desenvolver o modelo de *Governance* e o sistema de controlo interno, racionalizando as participações financeiras e ajustando o funcionamento e a organização do Grupo como um todo;
- Assumir e divulgar o papel de ser a principal instituição da Economia Social a operar em Portugal;
- Aprofundar a relação mutualista sob o lema “Cada Associado, um Mutualista”, partilhando os ideais e criando laços de integração mais fortes, que envolvam os Associados na missão mutualista;
- Apostar numa relação de proximidade, através de redes internas, redes externas e parcerias, nomeadamente através da expansão da rede de gestores mutualistas e da interação através de tecnologias digitais;
- Adequar os produtos e serviços mutualistas à realidade atual e promover o desenvolvimento tecnológico e digital, utilizando uma linguagem simples e apelativa, que invoque valores e afectos;
- Manter permanente vigilância do índice de confiança das famílias e das empresas, em particular dos principais *stakeholders* do Grupo – os Associados e os clientes – no sector financeiro português e em particular na CEMG e no MGAM, factor determinante para que o MGAM consiga aproveitar a atual conjuntura de ligeira recuperação económica do país, da ténue melhoria do rendimento disponível das famílias e a sua maior apetência para suprir necessidades de protecção social, previdência e saúde;
- Melhorar a sustentabilidade da base associativa com a captação de novos Associados, por forma a atingir os 660.000 até ao final de 2017. Este objetivo implica um grande esforço de promoção mutualista, pois significa a angariação de cerca de 2 100 Associados por mês;
- Captar 777 M€ através de modalidades de capitalização. Este objectivo, que é essencial para o sucesso do desempenho da atividade em 2017, incorpora o pressuposto de reaplicação da quase totalidade dos 440 M€ das séries Capital Certo que se vão vencer durante o ano e a captação de cerca de 8 M€ de novas poupanças por mês;
- Obter 144 M€ em modalidades de previdência em termos anuais, o que implica a entrada de cerca 12 M€ por mês;
- Se os dois pressupostos anteriores forem alcançados, será possível obter um crescimento do Ativo Líquido da ordem dos 6,7 %, de forma a atingir o patamar dos 3 935 M€;
- Concretizar uma taxa de rendimento médio do Ativo de 2,5%, bastante ambiciosa no contexto atual de taxas de juros negativas e, desta forma, perspectivar um lucro de 17,4 M€ até ao final de 2017;
- Obter cerca de 60 M€ nas rubricas de Juros, Rendimentos e Encargos similares;
- Manter os Resultados com Propriedades de Investimento, essencialmente resultantes de imóveis arrendados a terceiros, na ordem dos 15 M€;

- Conter os Gastos Gerais Administrativos na linha dos 32 M€;
- Projectar os indicadores de Liquidez, Cobertura do Ativo e Cobertura das Responsabilidades para, respectivamente, 8,5%, 5,6% e 105,3%;
- Promover uma Política de Sustentabilidade de todo o Grupo Montepio, sensibilizando os Colaboradores para a importância deste objetivo absolutamente fulcral.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao **Programa de Ação e Orçamento 2017**, tal como nos foi apresentado pelo Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista e, como tal, este Conselho Fiscal emite parecer favorável a que o mesmo seja implementado.

Lisboa, 30 de Novembro de 2016

O CONSELHO FISCAL



Manuel Rui dos Santos Caseirão – Presidente



Isabel Cidrais Guimarães - Vogal



António Mendes de Almeida - Vogal